



Número: **0850975-54.2016.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **14/10/2016**

Valor da causa: **R\$ 12.150,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DA SILVA SOUZA (AUTOR)		JULIANA DE ALBUQUERQUE MAGALHAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5365113	14/10/2016 15:38	Petição Inicial	Petição Inicial
5365124	14/10/2016 15:38	MARIA DA SILVA SOUZA	Documento de Comprovação
6357681	26/01/2017 13:57	Despacho	Despacho
7410502	17/04/2017 10:57	Resposta	Resposta
7410521	17/04/2017 10:57	MARIA DA SILVA	Outros Documentos
9050357	08/08/2017 16:44	Despacho	Despacho
13073167	14/03/2018 15:38	Expediente	Expediente
13073169	14/03/2018 15:38	Carta	Carta
14814641	13/06/2018 18:30	Aviso de Recebimento	Carta Citação por Hora Certa
14814642	13/06/2018 18:30	CARTA SEGURADORA LIDER	Carta Citação por Hora Certa
15205070	07/03/2019 16:00	Termo de Audiência	Termo de Audiência
19631105	07/03/2019 16:00	aud dpvat 24.04.2018 1640, 0850975-54.2016	Termo de Audiência
19631446	07/03/2019 16:04	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
23195260	01/08/2019 17:43	Certidão de Decurso de prazo	Certidão de Decurso de prazo
23418718	12/08/2019 14:34	Despacho	Despacho
24203196	06/09/2019 12:57	Mandado	Mandado
24278863	10/09/2019 12:19	Devolução de Mandado	Devolução de Mandado
26312690	19/11/2019 10:45	Petição -Prosseguimento do feito	Petição
30818111	20/05/2020 15:38	Despacho	Despacho

31537 399	15/06/2020 06:19	Petição	Petição
31581 950	16/06/2020 08:08	Certidão	Certidão
31919 860	30/06/2020 16:32	Sentença	Sentença

MARIA DA SILVA SOUZA, brasileiro, divorciada, aposentada, RG n. 214.983 SSP/PB, CPF nº 162.116.934-00, residente e domiciliado à Rua Santo Antônio, Nº32 , Novais ,Joao Pessoa– PB, através de sua advogada e bastante procuradora infra-assinada, qualificada e constituída conforme Instrumento Procuratório em anexo (Doc. 01), com escritório profissional sito à Avenida Fagundes Varela, nº 988, Sala 10 e 14, Jardim Atlântico, Olinda-PE, CEP: 53140-080, onde normalmente recebem notificações e intimações de estilo, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para propor:

AÇÃO REIVINDICATÓRIA COMPLEMENTAR DE COBERTURA SECURITÁRIA – DPVAT,

com fulcro no Código Civil, CTR e nas Leis Federais de nº 6194/74, 8441/92, 11.482/07, art. 8º e 11.945/09, em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**, com CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Avenida Camilo De Holanda, 466 , Centro - João Pessoa-PB , CEP-58013-360 , consoante os fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos

PRELIMINARES:

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Necessário esclarecer a esse juízo, que o Autor possui real necessidade de ser beneficiário da **JUSTIÇA GRATUITA**, conforme declaração de pobreza acostado nos autos, posto que, é vítima de acidente de trânsito, e tem suportado enormes prejuízos de ordem financeira, em virtude das lesões e sequelas resultantes da colisão, logo, afirma que não possui condições de arcar com custas processuais e honorárias advocatícias sucumbências sem prejuízo do sustento próprio bem como o de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos da Lei 1.060/50.

DO CONVÊNIO ENTRE A SEGURADORAS DO CONSÓRCIOS DPVAT E TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO:

A Seguradora Líder, responsável pelo pagamento das indenizações do Seguro DPVAT, realizou convênio com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, com a finalidade de custear os honorários dos peritos, indicado e nomeados por Vossa Excelência, conforme Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015.

É de ciência de todos que ocorre trimestralmente Mutirões nas Ações de Seguro DPVAT, as audiências de conciliações são realizadas concomitantemente com as perícias médicas, em que os peritos judiciais graduam a debilidade dos autores e diante destas perícias as partes conciliam quando tem alguma diferença a receber, constata na referida perícia.

A partir do segundo semestre do ano de 2015, inspirados no exemplo das audiências realizadas no Mutirão de DPVAT, e respaldados no Convênio entre a Seguradora Líder e o Tribunal, alguns magistrados passaram a realizar audiências de conciliação e concomitantemente, durante a seção, um perito nomeado pelo Juízo realiza o exame na parte autora a fim de constar a graduação da debilidade ocasionada pelo acidente.

Constatada a graduação da invalidez, durante a própria audiência, a parte RÉ, apresenta proposta de acordo, baseada no laudo e na tabela de gradação elaborada pela Lei nº 11.945/2009.

Como a prova pericial, nestes tipos de ações, é imprescindível para a solução da lide, e seguindo o que prevê o novo código de processo civil em seu artigo 319, inciso VII, vem o AUTOR **declarar que não tem interesse, neste primeiro momento, em participar da Audiência de Conciliação e Mediação**, tendo em vista que se faz necessário a realização da perícia medica para atestar e graduar a debilidade da parte autora em decorrência acidente de trânsito em questão.



Diante do exposto, requer a nomeação do perito judicial, em conformidade com Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015 e posteriormente uma possível composição amigável.

I. DOS FATOS:

O Autor é segurado pertinente ao seguro obrigatório (DPVAT), posto que o mesmo foi vítima de acidente de trânsito no dia 14/11/2014 e teve como consequência **debilidade permanente da estrutura crânio facial (TCE)**.

O aviso de sinistro foi protocolizado, depois que toda a documentação exigida foi entregue a prestadora de serviço do Consórcio Líder Seguradora, sendo que esta entidade indicou a empresa Ré para efetivar a cobertura, pois a mesma é partícipe do convênio DPVAT.

A empresa seguradora ora Ré registrou o sinistro, para logo após, que recebida à documentação exigida para cobertura foi entregue pela representante do Autor, vindo a receber pela **debilidade permanente da estrutura crânio facial (TCE)**, o valor de R\$ 1.350,00 (Um mil trezentos e cinquenta reais)

Ocorre que o Autor recebeu a menor, pois a quantia certa para cobertura no caso de invalidez permanente, segundo legislação regulamentadora da matéria é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e como a debilidade foi na estrutura crânio facial (TCE), e conforme tabela regulada pela Lei nº. 11945/09 que determina em casos de debilidade permanente da estrutura crânio facial (TCE) o percentual de 100%. baseado no valor de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) portanto o valor correto que o Autor deveria ter recebido em conformidade com a lei era de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

O Autor procurou a seguradora, entretanto, lhe informaram que o valor era determinado pela SUSEP (SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DOS SEGUROS PRIVADOS) e fixado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Apesar das várias tentativas administrativas para receber o complemento de acordo com a legislação pertinente a matéria, a empresa Ré negou o pleito, não restando outra opção senão pedir a proteção jurisdicional.

II. DO DIREITO:

A finalidade principal do seguro em tela é estabelecer a garantia de uma indenização mínima. O pagamento resulta do simples evento danoso, tendo por base a responsabilidade objetiva das seguradoras que formam o consórcio DPVAT pelos danos pessoais que venham a causar às vítimas de trânsito, independente da apuração da culpa. Essa garantia, no caso de invalidez permanente, é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), determinado pelo Art. 8º da Lei nº. 11.482/07 e Lei nº. 11.945/09, que ampara a pretensão da presente ação, in verbis:

Art. 8º - Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e



III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (NR).

Para o recebimento da indenização por invalidez permanente prevista no Seguro DPVAT o postulante deverá apresentar documentos capazes de demonstrar o fato, o dano dele resultante e sua qualidade de beneficiário. Essa é a exigência do art. 5º, § 1º, letra “b”, da Lei nº 6.194/74:

Art. 5 - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: (Parágrafo alterado pela Lei 8441/91) (...)

b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente no caso de danos pessoais;

Referente à invalidez permanente do Autor, os laudos apresentados e anexados na presente lide aponta sem titubeios que o mesmo tornou-se portador, em razão do acidente, de debilidade permanente da estrutura crânio facial (TCE) sequelas de caráter definitivo e irreversível.

No entanto, conforme mencionado anteriormente, a empresa seguradora pagou a indenização a menor, pois a quantia certa para cobertura de invalidez permanente, conforme legislação regulamentadora da matéria é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) X 100%, pois a debilidade foi na estrutura crânio facial (TCE), porém a quantia paga foi baseada no valor determinado pela SUSEP (SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DOS SEGUROS PRIVADOS) e fixado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), contrariando as leis federais acima mencionadas.

Logo, o Art. 8º da Lei de nº 11.482/07, em que revogou o art. 3º da Lei 6.174/74, que determina o patamar de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) não ocorrendo qualquer incompatibilidade entre aquele comando legal e as normas inseridas nas leis posteriores. Ficando, claro que a revogação da referido artigo não modifica o entendimento que a tabela determinada pelo CNSP (CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), não possui qualquer respaldo legal, e sim, a regulada pela Lei nº. 11.945/09.

O quadro abaixo ilustra ainda mais o disparate da situação:

Valor legal	Valor pago pela recorrida	Diferença (valor legal – valor recebido)
R\$ 13.500 X 100% = R\$ 13.500,00	R\$ 1.350,00	R\$ 12.150,00

Logo, o valor que deveria ser pago era de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) pela **debilidade permanente na estrutura crânio facial (TCE)**. Portanto, diante do exposto, a indenização a que faz jus é aquela em que prevê a Lei regulamentadora do Seguro DPVAT.

Vê-se, portanto, que o Autor recebeu a quantia inferior àquela que legalmente lhe era devida. Essa postura constitui evidente afronta aos ditames normativos e não deve prosperar mormente o entendimento jurisprudencial a pouco externado, de tal sorte que agora deve receber a diferença à época não paga.

Com isso, torna-se notório seu direito de receber a importância de R\$ 12.150,00 (Doze mil cento e cinquenta



reais) , correspondente à diferença que a demandada indevidamente deixou de lhe pagar, referente à **debilidade permanente da estrutura crânio facial (TCE)**.

III. DO REQUERIMENTO:

EX POSITIS, requer:

I- Que seja concedido a parte autora o pedido da **JUSTIÇA GRATUITA**, nos termos da Lei nº 1.060/50;

II- **Que o autor declara que não tem interesse na conciliação (art. 319, VII do CPC/15);**

III- Que seja deferido o pedido da segunda preliminar para nomeação de perito, para atestar e graduar a debilidade da parte autora, conforme Convênio firmado entre Seguradoras do Consórcio DPVAT e Tribunal de Justiça de Pernambuco (Ofício nº. 0005/2015 e Ofício DPVAT/JUR nº. 583/2015;

IV- A citação da empresa Ré, para responder nos termos desta ação, sob pena de revelia, devendo a mesma ser condenada ao final a pagar o complemento de cobertura securitária título do seguro obrigatório DPVAT na quantia pecuniária apontada como valor da causa, desde data do prejuízo até o efetivo pagamento, acrescido de juros, correção monetária, honorários advocatícios e demais correspondentes do ônus sucumbência sobre o total apurado;

V-

VI- Por provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, tais como oitiva de testemunhas, provas periciais, documentais e as que se fizerem necessárias para o bem da verdade.

IV. VALOR DA CAUSA:

Atribui-se a causa o valor de R\$ 12.150,00 (Doze mil cento e cinquenta reais).

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Recife, 18 de Janeiro de 2015.

Juliana Magalhães
OAB/PE nº. 22.820



INSTRUMENTO PROCURATÓRIO

MARIA DA SILVA SOUZA, ESTADO CIVIL : DIVORCIADA , PROFISSÃO: APOSENTADA ,portador (a) da cédula de identidade de nº 214.983 SSP/PB e inscrito (a) no CPF de nº 162.116.934-00 residente e domiciliado (a) Rua Santo Antonio , nº 32 , Bairro dos Novais , João Pessoa PB.

OUTORGADAS:

MARCIO ANDRE LIMA NOVAES, OAB/PE: 34.679, AV. Pedro Alvares Cabral, 32, Sala 11, Jardim Atlântico, Olinda – PE.

PODERES:

Da cláusula "Ad Judicial" representando a outorgante perante qualquer Juízo, Tribunal ou Órgão Administrativo, podendo ainda, apresentar queixa, assinar, requerer, transigir, desistir, firmar e prestar compromisso, apresentar declarações, requerer, receber e levantar alvarás judiciais, substabelecer o presente instrumento com ou sem reservas de poderes, ou seja, tudo enfim para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

João Pessoa, PB, 04 de Maio de 2015.


MARIA DA SILVA SOUZA



DECLARAÇÃO

MARIA DA SILVA SOUZA , ESTADO CIVIL : DIVORCIADA , PROFISSÃO:
APONSENTADA ,portador (a) da cédula de identidade de nº 214.983 SSP/PB e
inscrito (a) no CPF de nº 162.116.934-00 residente e domiciliado (a) Rua Santo
Antonio , nº 32 , Bairro dos Novais , João Pessoa PB. Declaro que, sob as Penas
da Lei e para quaisquer fins de direito, que não requeri a tutela jurisdicional para
recebimento do Seguro DPVAT ora pleiteado, em nenhum juízo no Estado de
Pernambuco, bem como, em outro estado da federação.

João Pessoa/PB, 04 de Maio de 2015


MARIA DA SILVA SOUZA.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

MARIA DA SILVA SOUZA, ESTADO CIVIL : DIVORCIADA , PROFISSÃO: APOSENTADA ,portador (a) da cédula de identidade de nº 214.983 SSP/PB e inscrito (a) no CPF de nº 162.116.934-00 residente e domiciliado (a) Rua Santo Antonio , nº 32 , Bairro das Novais , João Pessoa PB. De acordo com as Leis n.º 1.060/50 e 7.510/86, para o fim de obter a GRATUIDADE DE JUSTIÇA que não possui condições financeiras para arcar com o ônus das custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família. Declara conhecer que está sujeito às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, em sendo comprovada a falsidade das afirmações supra.

João Pessoa/PB, 04 de Maio de 2015



MARIA DA SILVA SOUZA



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, Sem reserva de poderes, a Dra. Juliana Albuquerque Magalhães, brasileira, solteira, portadora da OAB/PE 22.820, nos poderes a mim conferidos, por Maria da Silva Souza

Na ação de nº _____
em trâmite na _____

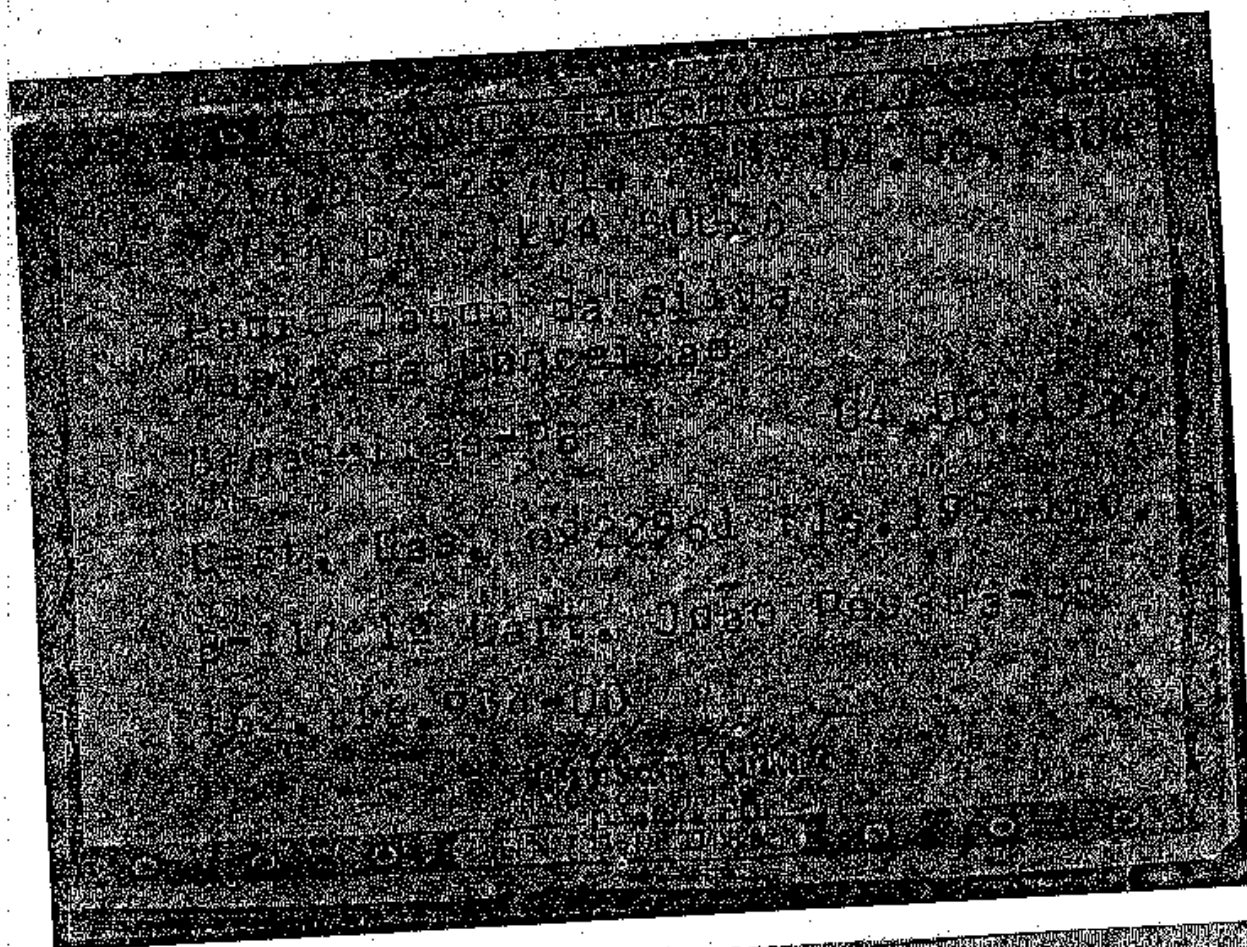
Olinda-PE, 14 de Dezembro de 2015.



Marcio André Lima Novaes

OAB/ PE 34.679







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIREÇÃO TÉCNICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE MARIA DA SILVA SOUZA

DATA DE NASCIMENTO 04/08/39

NOME DA MÃE MARJA DA CONCEIÇÃO

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 794.503

Nº PRONTUÁRIO

DATA DO ATENDIMENTO 14/11/2014

HORA DO ATENDIMENTO 18:48

MOTIVO DO ATENDIMENTO ATROPELAMENTO

DIAGNÓSTICO (S) TCE LEVE + TRAUMATISMOS MÚLTIPLOS NÃO ESPECIFICADOS

CID 10 S 00.9 + T 07

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de atropelamento, apresentando TCE, trauma de face, com edema e equimose periorbitária D, além de dor em região lombar. Glasgow 15. Avaliada pela equipe médica da urgência/emergência.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC de crânio

TC de face

RX da coluna cervical - AP e P

RX da coluna dorso-lombar - AP e P

USG do abdome total - FAST

TRATAMENTO:

Suspeita de fratura do assoalho da órbita - TC de face. Sem alterações à TC de crânio, USG e aos RX. Realizado atendimento e tratamento conservador aos cuidados da BucoMaxiloFacial e Neurocirurgia.

ALTA HOSPITALAR: 14/11/14

DATA DA EMISSÃO: 11/03/15

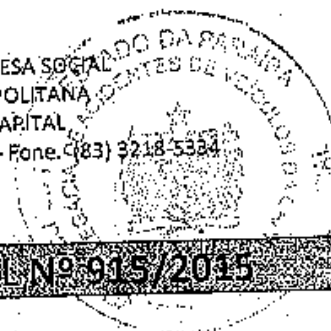
Dr. Ewerton Noronha Teixeira
CRM: 2516/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL
Praça Firmino da Silveira, S/N, Varadouro – CEP. 58.010-170 – Fone. (83) 3218-5334



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 915/2015

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Fernando Barbosa de Carvalho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 08:37h, compareceu o (a) Senhor (a): **MARIA DA SILVA SOUZA**, brasileira, natural de Bananeiras/PB, Divorciada, com 75 anos de idade, Aposentada, Alfabetizada, filha de Pedro Jacob da Silva e de Maria da Conceição, RG. 214.983-SSP/PB, residente na Rua Santo Antônio, nº 32, Bairro dos Novais, nesta capital, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 14/11/14, por volta das 18:00h, quando atravessava a Rua Santos Estanislau, Bairro dos Novais, nesta cidade de João Pessoa/PB, foi atropelada por uma motocicleta de placa não identificada, tendo a notificante sofrido traumatismo crânio encefálico leve e traumatismos múltiplos não especificados, sendo conduzida ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 19 de março de 2015.

Maria da Silva Souza
Notificante

Carlos Antônio Duarte Félix
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 135.662-3

Escrivão





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0850975-54.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, emendar a inicial, no sentido de comprovar a negativa da seguradora, na via administrativa, demonstrando a pretensão resistida, sob pena de extinção.

JOÃO PESSOA, 25 de janeiro de 2017.

Juiz(a) de Direito



EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - ESTADO DA PARAIBA.

Processo nº. 0850975-54.2016.8.15.2001

MARIA DA SILVA SOUZA, já devidamente qualificada nos autos do processo acima em epígrafe, vem por suas advogadas, a presença de V. Exa., mui respeitosamente, requerer:

1. 1. A juntada do documento requerido conforme despacho de **ID 6357681**

João Pessoa, 17 de Abril de 2017.

Juliana Magalhães
OAB/PE nº 22.820



06/05/2015

DPVATOnline

Voltar

BENEFICIÁRIOS

Saiba Mais
Cobertura
Onde dar entrada
Tire suas dúvidas
Projeto Corretor

Processo

Megadata: 3150/293484
Processo: 710054
Natureza: INVALIDEZ
Data sinistro: 14/11/2014
Nome: MARIA DA SILVA SOUZA
Situação: Processo liberado o pagamento

Beneficiários

Nome
MARIA DA SILVA SOUZA

Históricos

Data/Hora Situação	Observações
23/3/2015 Pré-Cadastro não analisado	
27/3/2015 Pré-Cadastro analisado e aprovado	
1/4/2015 Proc. enviado p/ digitalização e análise da Seg. Líder	
30/4/2015 Processo liberado o pagamento	Data crédito: 04/05/2015 - R\$ 1350,00

Restrições

Mais Informações

Virtual Informática para Seguros



Poder Judiciário da Paraíba

DESPACHO

Vistos, etc.

Vistos, etc.

Considerando a impossibilidade de audiência na mediação por falta de perícia passo a decidir: Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.

Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadrados do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.

João Pessoa, 07 de agosto de 2017

Juiz(a) de Direito



Intime-se para audiência de conciliação designada para o dia **24/04/2018 às 16:40 Horas**, na **7ª Vara Cível do Forum, 4º Andar**.

Vistos, etc.

Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Seguradora Lide dos Consórcios do Seguro DPVAT, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.

Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadrados do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.



Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA
()

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0850975-54.2016.8.15.2001

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: AV CAMILO DE HOLANDA, 466, - até 669/670, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-360

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 7ª Vara Cível da Capital, fica Vossa Senhoria devidamente CITADO(A) por todos os atos do processo acima mencionado, e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra, à audiência de: **Tipo: Conciliação Sala: conciliação Data: 24/04/2018 Hora: 16:40**, ficando advertido(a), desde já, que não comparecimento importará REVELIA, reputando-se verdadeiras as alegações do(a) autor(a)

DESPACHO

Vistos, etc.

Vistos, etc.

Considerando a impossibilidade de audiência na mediação por falta de perícia passo a decidir:

Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafr Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.

Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadros do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.
JOÃO PESSOA, em 14 de março de 2018.

ROSSANA COELI MARQUES BATISTA
Servidor

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:17080816440950000000008857385



SEGUE EM ANEXO CARTA DEVOLVIDA



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Nº DO PROCESSO: 0850975-54.2016.8.15.2001
 CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)
 ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
 Representante legal da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
 Endereço: AV CAMILO DE HOLANDA, 466, - até 669/670, CENTRO, JOÃO
 PESSOA - PB - CEP: 58013-360 Carta de Int de Aud.

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
VOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS			

FC0453 / 16

114 x 186 mm



Correio	
<input checked="" type="checkbox"/> Andar-se	<input type="checkbox"/> Folhetos
<input type="checkbox"/> Delecionado	<input type="checkbox"/> Assento
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não procurado
<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	
<input type="checkbox"/> Não existe número indicado	
Informação escrita pelo carteiro ou síndico	
Incorporado ao serviço postal em	
Em: Alexandre Francisco C. Da Silva	
Carimbo: 110	
Mat: 247.373-8	

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA PARAÍBA

Nº DO PROCESSO: 0850975-54.2016.8.15.2001
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Representante legal da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
Endereço: AV CAMILO DE HOLANDA, 466, - até 669/670, CENTRO, JOÃO
PESSOA - PB - CEP: 58013-360 Carta de Int de Aud.

Inf. para o Remetente

AO REMETENTE

Pessoa, s/n • CEP: 58013-902 - João Pessoa - Paraíba
3216-1400 • www.tjpb.jus.br



SO DE AMENTO 6207	AR	(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO) DJ 49842426 8 BR	
EPOT MAR 2018	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
U DE DEPOT PB	: : h		
COM LETRA DE FORMA		ESTADO DA PARAÍBA	
RAO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE		COMARCA DA CAPITAL	
		2ª VARA CÍVEL	
		FORUM DO VARO	
		MOACR PORTO	
		AV. JOÃO MACHADO	
		S/Nº CENTRO 4º ANDAR	
		FONE 3208-2475	
RA DE VOLUÇÃO / ADRESSE			
CALITE		UF BRASIL	
		BRASIL	



segue em anexo termo da audiência realizada



7^a VARA CÍVEL
FÓRUM DESEMBARGADOR MÁRIO MOACYR PORTO
AV. JOÃO MACHADO S/N - 5º ANDAR – JAGUARIBE
58.013-520 – JOÃO PESSOA PB
TELEFONE: (83) 3208-2475

TERMO DE AUDIÊNCIA

Data	Hora	Processo	Natureza da audiência
24.04.2018	16:40	0850975-54.2016.815.2001	DPVAT
Juiz de Direito:	JOSÉ CÉLIO DE LACERDA SÁ		
Promovente(s):	MARIA DA SILVA SOUZA		
Promovido(s):	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.		
Promotor de Justiça:			
Advogado(s):	PROMOVENTE: – OAB/PB ; PROMOVIDO: – OAB/PB ;		
Presenças:	Também a presença do acadêmico do curso de direito YOHAN RENDRICK SOUSA VITAL.		
Ausências:	PARTES		

Iniciada a audiência verificou-se a presença das partes e de seus advogados, conforme assentada acima, em seguida o MM Juiz se pronunciou, nos seguintes termos: prova pericial não realizada nesta data, devido ausência não justificada da parte autora. Ambas as partes ausentes a audiência. Falta da juntada aos autos do AR da carta de citação/intimação, não havendo como determinar a sua citação. Aplico multa de 2% sobre o valor da causa a parte autora, nos termos do art. 334, §8º do CPC, que deverá ser revertido em favor da Fazenda Pública do Estado da Paraíba. Determino a intimação da parte autora, através de seu advogado, para demonstrar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 dias, justificando a ausência da parte autora, e comprovando sua intimação, nos termos do art. 334, §3º do CPC, sob pena de extinção do feito.

Cientes e intimados os presentes. Nada mais a tratar, mandou o MM juiz encerrar o presente termo, que vai devidamente assinado pelos presentes.

Juiz de Direito

PROMOVENTE:

ADV. DO AUTOR:

PROMOVIDO :

ADVOGADO DO PROMOVIDO:

João Pessoa, 24 de ABRIL de 2018.



Nos termos do despacho judicial ultimo, proferido em audiência, intimo a parte autora para, no prazo de 10 dias, manifestar interesse no feito, e informar o motivo da ausência a audiência anteriormente designada, sob pena de extinção do feito.



CERTIDÃO

*Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte.*

JOÃO PESSOA

1 de agosto de 2019

ADALBERTO SARMENTO DE LIMA SILVA





Poder Judiciário da Paraíba

7ª Vara Cível da Capital

Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.



7ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA
()

Nº do processo: 0850975-54.2016.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

Autor: Nome: MARIA DA SILVA SOUZA
Endereço: R SANTO ANTÔNIO, 32, OITIZEIRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58088-130

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
Endereço: AV CAMILO DE HOLANDA, 466, - até 669/670, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-360

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime, pessoalmente, a parte da AUTORA Nome: MARIA DA SILVA SOUZA no Endereço: R SANTO ANTÔNIO, 32, OITIZEIRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58088-130 para os termos do despacho abaixo e em anexo.

Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

Assinado eletronicamente por: JOSE CELIO DE LACERDA SA
12/08/2019 14:34:20
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: 23418718

190812143417748000000
22701209

JOÃO PESSOA, em 6 de setembro de 2019.

De ordem, ROGERIO FELICIANO DA SILVA
Mat.



CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao endereço indicado e deixei de INTIMAR a Sra. Maria da Silva Souza, por não encontrá-la, pois a casa encontra-se fechada com um pedreiro de nome Adjailson, que informou que a casa pertence ao Sr. Marquinhos e não conhecia ou ouvirá falar da Sra. Maria da Silva. Portanto devolvo o presente após as diligências cabíveis. O referido é verdade e dou fé.

João Pessoa, 10 de setembro de 2019

Marcos Antonio Martins de Lacerda
Oficial de Juitça



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL /PB.

Processo nº 0850975-54.2016.8.15.2001.

MARIA DA SILVA SOUZA, devidamente qualificado, nos autos da Ação de Cobrança que move contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS S/A**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, por sua procuradora ao final assinada, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de V. Ex^a., informar que a parte autora não atualizou os endereços e telefones, ficando a causídica impossibilitada de contato, e sendo assim requer o julgamento do feito no estado em que se encontra, pugnando, mormente, pela suspensão da exigibilidade das custas processuais e sucumbenciais nos termos do artigo 98, §§ 2º e 3º do Novo CPC.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Recife, 19 de novembro de

2019.

Juliana Magalhães
OAB/PE nº 22.820





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0850975-54.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se a parte autora para, no prazo de dez dias, requerer o que entender ser de direito.

JOÃO PESSOA, 20 de maio de 2020.

Juiz(a) de Direito



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL /PB.

Processo nº 0850975-54.2016.8.15.2001.

MARIA DA SILVA SOUZA, devidamente qualificado, nos autos da Ação de Cobrança que move contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS S/A**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, por sua procuradora ao final assinada, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de V. Ex^a., informar que a parte autora não atualizou os endereços e telefones, ficando a causídica impossibilitada de contato, e sendo assim requer o julgamento do feito no estado em que se encontra, pugnando, mormente, pela suspensão da exigibilidade das custas processuais e sucumbenciais nos termos do artigo 98, §§ 2º e 3º do Novo CPC.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Recife, 15 de junho de

2020.

Juliana Magalhães
OAB/PE nº 22.820





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº 0850975-54.2016.8.15.2001
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARIA DA SILVA SOUZA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) pela parte autora

7ª Vara Cível da Capital-Pb, 16 de junho de 2020.

ROSSANA COELI MARQUES BATISTA
Técnico Judiciário



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Juízo do(a) 7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP:
58013-520

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

SENTENÇA

Nº do Processo: 0850975-54.2016.8.15.2001

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARIA DA SILVA SOUZA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

I RELATÓRIO

Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, envolvendo as partes acima nominadas, ambas qualificadas e representadas por advogados constituídos, onde a parte autora alega, em suma, na inicial, ter sofrido acidente de trânsito que lhe acarretou debilidade permanente da estrutura crânio facial.

Alega que, em face disto, postulou na seara administrativa o recebimento do seguro em tela, ocasião na qual a seguradora pegou a quantia de R\$ 1.350.00, sendo, segundo a manifestação da parte, valor inferior ao que teria direito.

Aduz, ainda, que o valor correto para recebimento corresponde a R\$ 12.150,00, sendo este referente à diferença do que fora recebido administrativamente e o que alega ser devido.

Para tanto, requereu a produção de prova pericial no intuito de demonstrar as sequelas decorrentes do acidente de trânsito.

O promovido não chegou a ser citado, tendo em vista o endereço está desatualizado, segundo informação do funcionário dos correios e telégrafos (id 14814642).

As partes não compareceram à audiência conciliatória designada (id. 19631105).

É O BREVE RELATÓRIO.

DECIDO.

II FUNDAMENTAÇÃO

Colhe-se da inicial que a parte autora postula o recebimento da complementação do seguro DPVAT, entendendo que recebeu quantia inferior à devida.

Para tanto, postulou a parte autora a realização de perícia, no intuito de comprovar seu direito atinente à complementação do seguro.

Ocorre, todavia, que a parte autora, mesmo devidamente intimada para comparecimento à perícia e audiência previamente designadas (id 13073167), não compareceu ao ato, devendo-se observar, ainda, que a parte autora foi intimada, sendo infrutífera a diligência.

Ainda assim, após a audiência, a parte autora foi intimada através de seu advogado, porém deixou escoar o prazo para justificar ausência (id 23195260), sem qualquer manifestação.

Verifica-se que este Juízo determinou nova intimação, desta vez pessoal, no entanto a parte não foi localizada no endereço indicado na inicial, ficando esvaziada a diligência, prejudicando o andamento regular do processo, e a realização da perícia médica, indispensável para mensurar a debilidade da promovente.

Nesse contexto, ressoa, inegavelmente, que a parte autora não logrou êxito em comprovar suas

alegações, remanescendo, assim, a regra na qual estabelece que cabe à autora a comprovação dos fatos constitutivos do seu direito, nos moldes preconizados no artigo 373, inciso I, do CPC.

III DISPOSITIVO

Isto posto e do mais que constam nos autos, **JULGO IMPROCEDENTE** os pedidos formulados na inicial, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Custas processuais e honorários advocatícios pelo promovente, observando-se, contudo, as disposições do art. 98, § 3º, do NCPC, pelo que **SUSPENDO** a exigibilidade da cobrança das custas e honorários ao promovente.

Publique-se, registre-se e Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA-PB, data do protocolo eletrônico.

JOSE CELIO DE LACERDA SA
Juiz(a) de Direito